

COLEGAS PROFESSORAS, COLEGAS FUNCIONÁRIOS, AMIGOS E DEMAIS PRESENTES, ENFERMEIRAS E ENFERMEIROS (1):

Marta Julia Lopes (2)

Chegamos ao final de mais um semestre letivo que, para vocês, significa a conclusão do curso de enfermagem, num ano marcado pelos trabalhos de elaboração de uma nova Constituição.

O processo constituinte vem, pretensamente, responder e contrapor-se ao quadro de pobreza e miserabilização da população, onde 60% dos brasileiros encontram-se em estado de absoluta pobreza material, em contraste com uma minoria de privilegiados que detêm o usufruto privado da riqueza, que é social.

Esse quadro é bem representado pela alta concentração da renda, em que 5% dos mais ricos detêm 33% da renda nacional, enquanto que os 50% mais pobres ficam com 30% desta; e, ainda, 65% da população recebe uma renda mensal que não ultrapassa 2 salários mínimos.

É representado também pela alta concentração da propriedade e posse da terra, em que apenas 1% dos proprietários detêm 45% das terras brasileiras, gerando um quadro de miséria e violência contra os trabalhadores rurais que parece aguçá-los a cada dia.

Esse quadro é ainda representado pelo enorme endividamento externo do país, que impede o crescimento econômico e o desenvolvimento social, que sangra nossas divisas, que provoca o desemprego crescente, a inflação, a queda brutal nos salários reais, intensifica o processo de exploração da classe trabalhadora, onerando em demasia um país que convive com o atraso histórico em função de seu passado colonial, e que não poderia nem deveria efetuar transferências reais de recursos para o exterior.

Esse quadro também se apresenta sob a forma do pretense desenvolvimento brasileiro. Vangloriam-se alguns de sermos a citava economia capitalista mundial, conseqüência de uma industrialização acelerada que envolveu a diversificação da estrutura produtiva e a implantação de setores estratégicos, como informática, química fina, aeronáutica, bens de capital e a produção de armamentos para a economia capitalista internacional. Todavia, essa vigorosa expansão das forças produtivas gerou uma sociedade onde a maioria da população consome quantidades calóricas diárias inferiores às suas necessidades, onde nada menos do que 12 milhões de crianças com menos de 7 anos estão desnutridas, onde morrem cerca de mil crianças por dia na faixa de 0 a 1 ano de idade, onde 28 milhões de brasileiros adultos são analfabetos em uma população economicamente ativa de 53 milhões, e aproximadamente 8,5 milhões de crianças em idade escolar básica encontram-se fora da escola.

Esses indicadores do quadro econômico-social brasileiro são suficientes para demonstrar que toda a expansão e modernidade capitalista não significou a superação do atraso histórico e a eliminação da miséria, da fome e da exploração da classe trabalhadora. Muito pelo contrário, agravou-se.

A educação convive com problemas crônicos referentes à universalização e qualidade do ensino, à gratuidade escolar, às condições de trabalho do magistério e à escassez e má distribuição de verbas públicas. Os programas de impacto têm sido efetivos no sentido de favorecer grupos, mas apenas criam uma expectativa ilusória, escondendo os reais problemas. Na realidade, a sociedade civil é excluída do processo de controle e execução de políticas educacionais.

Com esses determinantes, estabelece-se a incapacidade da universidade, por exemplo, de assegurar uma produção de conhecimento inovador e crítico, bases para garantir sua representatividade social. Assim, resta apenas a função de reprodução de estruturas, relações e valores sem a construção de questionamentos críticos, indispensáveis à constituição de fatores dinâmicos na evolução histórica da sociedade. Tem-se um ensino massificante, alienante e robotizador, dependente das estruturas econômicas e sociais regidas pela ordem capitalista internacional.

Remetendo para o ensino da enfermagem, o que se constata é que a definição de seu objeto, sua prática e construção de um saber autônomo, não têm avançado com a aludida cientificação buscada e acreditada em determinado período, apenas pela sua transformação em curso universitário. Engano: não se estrutura um saber autônomo no vácuo de uma medida institucional, burocrática apenas.

Continua assim o ensino universitário, pautado pela divisão e hierarquia conferidas pelo diploma, que supostamente confere o prestígio da intelectualidade. O poder do saber institucionalizado aflora então como normatizador, como disciplinador, criando e mantendo a força do corporativismo no trabalho social. As

(1) Discurso proferido por ocasião da colação de grau em Enfermagem da turma 87/1 da Escola de Enfermagem da UFRGS.

(2) Professora Assistente da Escola de Enfermagem da UFRGS — Mestre em Sociologia do Trabalho.

escolas de enfermagem, de maneira geral, evidenciam ainda a busca de legitimação de um espaço autônomo de saber e poder. Sem isso, ainda pautam, em muito, sua atuação por critérios que evidenciam a exterioridade dos controles de conduta e a legitimidade de uma sociedade social e sexualmente estratificada. A aparência física, a maneira de vestir e andar ainda são atributos considerados, em detrimento da correlação conhecimento-prática, ou seja, da apropriação do conteúdo enquanto transformador do objeto da prática, função precípua do ensino. O resultado dessa exterioridade culmina com a formação de uma autoconsciência epidérmica destituída de raciocínio e crítica e, portanto, sem caráter transformador. A educação não ocorre enquanto ato de mudança e transformação, e sim, se perpetua enquanto domesticação e puro adestramento.

É preciso que admitamos conscientemente que o discurso da enfermagem ainda está permeado pela incorporação do dogmatismo religioso, pelo discurso teológico do específico-feminino. Ainda se tenta buscar argumentos como devotamento, idealismo, altruísmo, desprendimento material para justificar a prática profissional, sacralizando a dominação e assim conseguindo adeptas.

A enfermeira (somos 96% mulheres) vive uma realidade de dupla opressão. Calcada ainda numa construção misticada de sua identidade de gênero enquanto mulher, necessita construir uma identidade profissional a nível do real. A indefinição de papéis a nível profissional tem sido uma queixa constante. A meu ver, essa indefinição não existe; o que está dado é a negação da contradição entre o discurso da teoria — ou a ideologia teórica — e a realidade concreta.

Um quadro construído a partir de uma visão idealizada da profissão se contrapõe a um dia-a-dia que nada tem de poético. A realidade mostra um ramo de trabalho feminino, explorado, gerador de tensões, com carga excessiva de trabalho, mal-remunerado e com pouquíssimo poder de barganha frente à classe dominante.

Assim, a condição na qual as mulheres foram assimiladas no campo do trabalho social reflete, para as enfermeiras, a divisão sexual do trabalho, a manutenção da subordinação, a característica de prolongamento do trabalho doméstico, os componentes de habilidade de concentração, dedicação e paciência, a realidade de uma força de trabalho submissa, servil e barata. Isso tudo refletido na discriminação a nível de tarefas, de salários, das possibilidades de ascensão, da dupla jornada, culminando com a marginalização da vida política.

A erotização da figura da enfermeira, por sua vez, é conseqüência da construção erotizada da figura da mulher enquanto objeto de prazer, de sedução, e esse tem sido o quadro associativo das profissões que, como a nossa, representam um rearranjo de servilismo, agora servindo ao capitalismo.

A manutenção do reduto feminino da enfermagem está expressa na discriminação real do mercado de trabalho ao enfermeiro homem. Entre outras coisas, essa preferência liga-se à manutenção de uma estrutura de poder calcada na figura do médico. A hierarquização, a disciplina, a sujeição sem questionamento, a despolitização, a debilidade associativa das mulheres e o próprio afastamento, condicionado estruturalmente, do seu objeto que é o cliente/paciente, evidenciam a necessidade de manter e reforçar os papéis propostos ao homem e à mulher.

O caráter social-histórico dessas tarefas femininas e do trabalho da enfermeira parece estar na raiz de sua subalteridade. O desprestígio e a subordinação advêm desse caráter. Nada mais tácito do que servilismo e submissão.

Assim, deter um saber não hegemônico composto em grande parte por um saber de senso comum, que faz parte da própria socialização da mulher, lhe é permitido. E como as mães, as enfermeiras são imbuídas de um ilusório poder informal e reproduzem um comportamento disciplinador e corporativista no âmbito profissional.

Creio que me estendi um pouco neste questionamento, mas justifico pela evidência de que a exploração da mulher e sua condição secundária na sociedade tem determinado para si e seus filhos os mais altos níveis de exploração no trabalho, de pobreza, de fome e condições de vida miseráveis, e que merece que se pense em novas estratégias. Tomar consciência dessa opressão requer que nos identifiquemos como sujeitos dessa opressão, compreendendo todas as nuances e todos os apelos ideológicos de que se reveste. Pensar como cidadãos e não somente como filhas, esposas e mães para então nos completarmos como seres sociais e agentes políticos, nos levará à valorização de nós mesmas enquanto pessoas.

Retomando as questões conjunturais, precisamos contextualizar o tipo de profissional a que nos referimos, e a questão mais ampla dos condicionantes sociais. Precisamos entender os mecanismos que determinam que, num país a fome é a principal causa-morte da população, se utilizem meios de comunicação de massa como veículos disciplinadores da conduta moral — vide AIDS e homossexualidade. Por que não se faz uma grande campanha nacional a favor da distribuição de renda e não só de “camisinhas”, assim evitando milhares de mortes? Não! A estrutura da sociedade de classes não pode ser abalada. As mortes pela fome

são o ônus do progresso social. É isso??? É com isso que temos de ser coniventes?

Devemos ser coniventes, por exemplo, com um arremedo de reforma sanitária imposta pelo governo, nada democrática e sem a participação mais ampla da sociedade?

Esta constituinte que aí está não abrandará pelo menos, essa estrutura econômica e social. Ela, na verdade, veio para manter os privilégios das classes dominantes e legitimar a transição conservadora. Isso fica plasmado quando se analisa as propostas já aprovadas nas comissões temáticas. A reforma agrária ultraconservadora, a manutenção do papel das forças armadas, a eliminação da reserva de mercado, a desnacionalização da economia, o controle e discriminação das minorias, a não-anistia política geral, são alguns exemplos de propostas conservadoras que vigoram, em flagrante contraste com as propostas mais progressistas como a dos direitos dos trabalhadores que, diga-se de passagem, recebem um bombardeio conservador sem precedentes. O quadro está assim pintado!

O que nos resta agora, ao ingressarmos no espaço do trabalho social com esse quadro pouco animador?

A meu ver, a história do capitalismo nos evidencia que não é sob seu signo que conquistaremos uma sociedade de iguais. Também não é diluindo a questão do patriarcalismo no patamar da desigualdade econômica que chegaremos a uma sociedade mais justa.

Enquanto trabalhadoras e trabalhadores, precisamos compor nosso espaço de enfrentamento. Precisamos exercitar nossos direitos adormecidos por longo período de inércia e repressão.

A nós, mulheres, é fundamental o ativismo, a presença nos momentos de enfrentamento, o exercício da crítica consciente, a participação nos movimentos sociais, a ocupação efetiva dos espaços da política formal.

O exercício da cidadania plena é a fonte de ruptura e mudança. Quebrar as amarras requer não apenas se transferir de um campo a outro, mas questionar as estruturas, transformá-las. Essa compreensão tem de levar a clareza de que, tanto quanto o trabalho, a reprodução biológica também é social, e a divisão sexual de papéis serve à manutenção de um mundo de dominantes e dominados.

É preciso, pois, destituir nossa prática desse legalismo histórico do específico-feminino e de tudo que com essa ideologia foi engendrado, reforçado e legitimado pela prática institucional.

Tudo isso passa por construirmos instâncias solidárias e críticas que coletivamente representem transformação. Dessa forma construiremos uma nova realidade de sujeito político. Começaremos então a ser agentes da nossa própria história.

Enfim, a universidade não está pronta, a enfermagem não está pronta, este mundo não está pronto. Só os rebeldes conhecem o feitiço de sua arquitetura e seus mapas de caminhos desordenados, cuja expressão é uma só: a busca do que é novo, do que pode expressar a transformação e a liberdade. A obediência, a passividade, o "sim senhor", o gosto pela mesmice, pela rotina, não são virtudes do gênero humano. É assim que iremos expressar na prática os nossos jovens sonhos, com a recusa ao pessimismo e aceitando o desafio de construir uma sociedade de seres humanamente diversos, socialmente iguais e completamente livres.

SEJAM FELIZES!